

MULHER E GÊNERO NA VISÃO DE EMPRESÁRIAS DO SETOR IMOBILIÁRIO DE LONDRINA

Silvana Aparecida Mariano

Aluna do Curso de Especialização em Sociologia e Sociologia da Educação da Universidade Estadual de Londrina.

resumo

Este artigo pretende discutir quais as imagens que as empresárias do setor imobiliário de Londrina têm sobre os papéis sociais de homens e mulheres na sociedade, a fim de detectar se a posição socioeconômica por elas ocupada teria provocado mudanças na forma de entender as relações entre os gêneros estabelecidas no mercado de trabalho e no âmbito de suas vidas pessoais.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho; mulher; cultura; gênero; imagens.

GÊNERO, TRABALHO E CULTURA

Nas ciências sociais, em todas as suas áreas de estudo, tem sido crescente a preocupação com a questão de gênero e com a situação da mulher de modo geral. No Brasil, tivemos significativas análises sobre a mulher da classe operária, como as de Beth Lobo, nas quais a autora destacava que esta última tem dois sexos. (LOBO, 1992) O entendimento mais corrente que se tinha na sociologia do trabalho, bem como em outras áreas desta ciência e na sociedade como um todo, era de uma classe trabalhadora essencialmente masculina. (BLASS, 1997)

Muito embora sejam escassos na literatura sociológica estudos sobre a mulher empresária (a maioria é sobre a mulher operária), a hipótese que levanto é de que este grupo empresarial compartilha do conjunto de valores e representações que acaba por caracterizar a classe empresária como essencialmente masculina. É preciso, pois, entender que o conjunto de valores que vigora numa sociedade e orienta suas práticas sociais está presente em todos os grupos sociais, sendo transmitido através de uma rede de relações, apesar de apresentar variações e nuances de um grupo social para outro.

Conceber o mundo do trabalho como essencialmente formado por homens, no que tange às suas definições básicas em termos de constituição de relações sumamente dominadas pelo gênero masculino, oferece-nos as melhores pistas para entender o modo de concepção da prática empresarial como algo realizado a contento somente por homens.

O descontentamento, tanto por parte das feministas quanto por parte dos cientistas, para com a leitura feita pela

ciência sobre as relações sociais entre os gêneros, e a preocupação em inserir a participação da mulher não só no mundo do trabalho mas na história da sociedade (SILVEIRA, 1996; BLASS, 1997) demandaram que se buscasse “o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas.” (SCOTT, 1990, p.6)

Como produto da revisão teórica, surgiu o conceito de gênero. Gênero é uma categoria de análise histórica elaborada com o firme propósito de estabelecer novo rumo aos estudos sobre a problemática feminina nas sociedades. (SCOTT, 1990; SILVEIRA, 1997) É um conceito que vem desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres, definindo seu campo de compreensão na esfera social e, portanto, cultural. (REDE MULHER DE EDUCAÇÃO, 1996) A função desse novo conceito é de “desconstrução” das teorias e ideologias que estigmatizam os papéis de cada um dos gêneros reforçando e legitimando a discriminação.

Nesse sentido, a análise da questão de gênero apreende duas dimensões:

“A primeira compreende a idéia de que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, o gênero é um produto social, apreendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. E, segundo, envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social.” (SORJ, 1992, p.15)

“A introdução do gênero, enquanto categoria de análise, amplia os horizontes da pesquisa na Sociologia do Trabalho [bem como em outras áreas] e suscita um outro olhar sobre o mundo.” Um olhar que busca o estudo das relações sociais entre os sexos enquanto construção histórica e, não mais, o estudo dos antagonismos. Um olhar que compreende a existência de diferenças entre homens e mulheres, mas objetiva desmistificar as desigualdades entre ambos. (BLASS, 1997, p.6)

Alguns estudos antropológicos realizados em sociedades não-capitalistas, como os que são apresentados por OTNER (1979), atestam que as desigualdades entre homem e mulher existem em todas as sociedades conhecidas. Surge, assim, a evidência da universalidade da inferioridade feminina em relação ao homem, embora o grau de subordinação varie de sociedade para sociedade. No entanto, é forçoso acrescentar que “dizer que o status secundário da mulher é universal não significa ser necessário ou justo.” (ROSALDO & LAMPHERE, 1979, p.30)

A explicação dessa situação varia de um estudo para outro. Para BAMBERGER (1979), essa universalidade se explica pelo mito do matriarcado, pois esse mito daria “prova” de que a mulher já esteve no poder e não foi competente para manter-se nele, atestando, assim, sua incapacidade para governar e justificando, conseqüentemente, sua subordinação.

Já na visão de OTNER (1979), a explicação repousa na representação simbólica que as culturas elaboram, com base nas funções biológicas da mulher. Longe de apregoar o determinismo biológico, Otner defende que as diversas sociedades elaboram representações similares para funções biológicas como a maternidade e a amamentação e disto resultaria o fenômeno pan-cultural da inferioridade feminina. Essas representações simbólicas, baseadas na biologia, classificam a mulher como mais próxima da natureza, enquanto que o homem é classificado como pertencente, integralmente, à cultura. Como é função da cultura dominar a natureza, e havendo essa correlação homem/cultura, mulher/natureza, então o homem está em condições de dominar a mulher.

No caso da sociedade brasileira, parece-me que a explicação de Otner é mais pertinente, se levarmos em consideração a existência de muitos estudos atestando que os argumentos a que a sociedade recorre estão relacionados ao determinismo biológico, naturalizando os papéis sociais e, portanto, as desigualdades, e não ao mito de um fracasso feminino no poder.

Embora as diferentes sociedades elaborem representações diversas para homens e mulheres, é notável o fato de que estudos antropológicos revelem “que as atividades masculinas, opostas às femininas, sejam sempre reconhecidas como predominantemente importantes e os sistemas culturais dêem poder e valor aos papéis e atividades dos homens”. (ROSALDO, 1979, p.35) Como é possível deduzir dos trabalhos de OTNER (1979) e RODRIGUES (1992), a valorização da atividade executada não é baseada em si mesma, mas no sexo de seu executor. Tomando emprestada a expressão de Scholz, podemos afirmar que “o valor é o homem”, o valor enquanto representação do trabalho. (SCHOLZ, 1996)

Contudo, a mulher, seja ela operária ou empresária, conseguiu romper parcialmente com o quadro rígido de tarefas, ou seja, com a rigidez da divisão sexual do trabalho, ou, ainda, divisão do trabalho por linhas de gênero. Esse rompimento, no entanto, não pode ser entendido como total, em função da manutenção dos estigmas quanto à capacidade, competência e habilidades femininas e masculinas. Toda mudança traz consigo a sobrevivência de elementos conservadores que caracterizam, em certa medida, um tipo de continuidade do quadro anterior. Essa situação nos leva à seguinte constatação: a mulher está presente no mercado de trabalho e isto renovou a sua prática social, mas não renovou a sua representação social. Ela ainda reproduz estereótipos acerca do homem, do casamento, do trabalho e de si mesma em sua vida cotidiana. A compreensão dessa coexistência de imagens ambíguas da mulher (NEVES, 1994) só pode ser apreendida no âmbito da cultura e, não, no quadro de tarefas. (BLASS, 1997; NEVES, 1994)

Que a subordinação da mulher ao homem não é exclusividade do capitalismo é um fato confirmado por vários estudos, conforme citado anteriormente. O questionamento, então, passa a ser o seguinte: como a subordinação da mulher ao homem ocorre nas sociedades capitalistas?

Na explicação de SAFFIOTI (1976), as sociedades capitalistas utilizam, além do conflito entre as classes, outros elementos que permitem uma estratificação social como sexo, raça/etnia. Isto ocorre porque o conflito entre as classes não é suficiente para regular a competitividade entre os indivíduos numa sociedade que não absorve toda a mão-de-obra disponível. Para esta autora, tanto o conflito entre as classes quanto a estratificação social, que a ele se soma, são encobertos pela sociedade com a “ideologia do êxito pessoal”.

“A ideologia do êxito pessoal é amplamente usada nas sociedades de classe para desviar a atenção das pessoas da estrutura social e das severas limitações que impõe a determinadas classes sociais. A mulher, entretanto, sofre estas imposições mais do que o homem.” (idem, p.315)

Dessa forma, a ideologia do êxito pessoal explica as desigualdades sociais como fracasso, como incapacidade, sem perceber a existência de estratificações sociais que colaboram para a seleção e até mesmo exclusão dos indivíduos da competição imposta pelo mercado.

Dentro dessa lógica, no caso deste estudo especificamente, a inferioridade feminina para realização das tarefas inerentes ao setor imobiliário, por exemplo, é apenas um estigma, pois a existência em si de mulheres no setor já é suficiente para questionar a validade desta concepção. É, portanto, um estigma que se opõe à realidade vivida por muitas mulheres, as quais não podem ser ignoradas no estudo sociológico, ainda que, porventura, não sejam maioria nos estudos estatísticos.

Para o pensamento marxista, “a opressão da mulher desapareceria quando ela se integrasse na esfera capitalista da produção” (PENA, 1981, p.20), ou seja, a emancipação econômica promoveria a valorização da mulher, o que, por sua vez, levaria à igualdade (hoje fala-se em equidade) entre

os sexos. Ocorre que nem a integração na esfera capitalista de produção nem a sociedade sem classes, como foi o caso do socialismo, promoveram tal igualdade, apenas amenizaram as desigualdades existentes, conforme avaliaram SAFFIOTI (1976) e PENA (1981).

Parece-me que a premissa marxista não se confirmou, porque o fator econômico não é o único que opera para a manutenção e reformulação das práticas sociais e das desigualdades entre os sexos. Esta premissa estava fundada numa concepção economicista. Há, no entanto, um conjunto de representações simbólicas que também opera neste campo e que deve ser inserido na análise da reprodução dos padrões culturais. Conforme afirma Williams, “em geral, pode-se dizer que está implícito no conceito de uma cultura ser ela capaz de ser reproduzida; e, além disso, que, em muitos aspectos, a cultura é, na verdade, um modo de reprodução.” (WILLIAMS, 1992, p.182) A reprodução dos padrões sociais não está, portanto, sujeita exclusivamente à esfera econômica, o que exige do pesquisador o estudo da cultura.

O conceito de gênero é, nessas circunstâncias, particularmente favorável para a análise, por constituir-se dos elementos de cultura e poder. Como diz CASTRO (1992), gênero é cultura e é também poder. É cultura por se tratar de um produto da construção social e histórica, que compõe um sistema de representação simbólica aceito pelo conjunto da sociedade e que resulta na definição de um padrão de comportamento e de valores atribuídos ao feminino e ao masculino e transmitidos de uma geração para outra. Dessa forma, a imagem que cada um dos sexos tem sobre si e sobre o outro é a imagem que eles receberam, internalizaram e reproduziram através da convivência com um grupo de indivíduos.

Gênero relaciona-se ao poder porque nas relações existentes entre homens e mulheres configura-se um caráter de superioridade e inferioridade que fundamenta a assimetria entre os sexos, legitimando a subordinação da mulher ao homem através da atribuição de valores desiguais entre ambos. Cria-se, assim, um padrão de que o homem tem que ser, sempre, identificado como o chefe da família (mesmo que sua renda seja inferior à da mulher, ou que nem tenha renda), como o superior no trabalho, como a autoridade na esfera política.

Sendo um produto social, as relações e os comportamentos de gênero são construídos, assimilados e reproduzidos através das diversas esferas da organização social: família, educação, arte, religião, política, economia, trabalho, etc. São esferas e instituições que influenciam diretamente na formação e socialização dos indivíduos, de forma que estes passam a compartilhar e reproduzir um conjunto de valores que, dentre outras coisas, norteiam os comportamentos feminino e masculino. Nesse sentido, ser feminina é mais do que possuir o sexo da fêmea, é, também, assumir um dado comportamento segundo a convenção social. Um comportamento que ilustra a docilidade, a sensibilidade e a submissão femininas, em oposição à competitividade, agressividade e autoridade masculinas. (ROMANI, 1992)

Isso, porém, não quer dizer que as características biológicas não possuem importância ou que entre homens e mulheres não haja diferenças. O objetivo é dar ênfase ao fato de que essas diferenças só adquirem significado de su-

perior/inferior dentro da estrutura de sistemas de valores culturalmente definidos. A distinção entre natural e cultural é de suma importância para a compreensão da condição dos gêneros na sociedade. (OTNER, 1979)

As próprias mulheres, no entanto, participam do processo de internalização e reprodução das imagens socialmente elaboradas sobre a divisão sexual do trabalho e sobre a desigualdade entre homens e mulheres, de tal forma que acabam por compartilhar a ideologia que concebe como “natural e inevitável” sua condição de “trabalhadora de segunda classe”. (BLASS, 1997, p.2)

Isto se explica pelo fato de que “as relações de gênero, evidentemente, refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras”. (SAFFIOTI, 1992, p.193) Para a devida compreensão deste fenômeno é necessário considerar a interpenetração dos valores sociais, o que resulta no fato de que nem sempre a concepção que os grupos sociais têm sobre a realidade reflete sua condição na estrutura social. Do contrário, “não haveria mulheres machistas, nem operários com espírito de patrão”. (idem, p.206)

“A vigência de determinada imagem sobre a mulher orienta o comportamento social e a seleção de valores. Contudo, esta imagem pode estar em contradição com o comportamento de fato desempenhado pelo seu portador.” (BLAY, 1978, p.81) Segundo Blay, o enraizamento de valores no inconsciente dos indivíduos permite que uma pessoa adote uma nova prática social sem, contudo, atualizar a representação e a interpretação que tem sobre tal prática, o que pode ser percebido através do discurso, entre outras formas. Quando isto acontece (e acontece com frequência), instaura-se uma contradição entre padrões ideais e comportamentos sociais efetivos, o que se explica pela coexistência de uma imagem tradicional com um comportamento inovador.

Com isso, o imaginário social e político do indivíduo fica repleto de ambigüidades. No entanto, conforme enfatiza CHAUI,

“ambigüidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. Ambigüidade é a forma de existência dos objetivos da percepção e da cultura sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas.” (apud NEVES, 1994, p.55)

É importante para a compreensão desta coexistência de valores contraditórios a abordagem da discussão sobre reprodução e reconstrução dos valores e padrões sociais. Conforme Sahlin defende, sendo os indivíduos atores sociais, eles são sujeitos de sua própria história, o que lhes confere a capacidade de reelaboração dos padrões sociais e, portanto, de promoção de mudanças culturais e sociais. Durante o processo de recepção, internalização e reprodução dos valores sociais, os indivíduos elaboram mudanças que são, na verdade, estratégias de adaptação e readaptação, de acordo com as circunstâncias e as necessidades. É desta forma que eles elaboram suas resistências e inovações. A cul-

tura (e, portanto, as regras e comportamentos através dela estabelecidos) não é fixa e imutável, ao contrário, é dinâmica e resultante da relação dialética entre os símbolos, os padrões ideais e a prática dos agentes sociais. A cultura é colocada em risco na ação. Isto não significa que mudar uma sociedade seja tarefa fácil e rápida. Ao contrário, é uma tarefa lenta, pois as mudanças e o surgimento de novos comportamentos e de novos padrões sociais são sempre mesclados com elementos sobreviventes da tradição. Há sempre um misto de inovação e conservadorismo. (SAHLINS, 1990)

Como afirma BULPORT,

“se as dificuldades acompanham as exigências, isto implica admitir que as mulheres têm que combater a imagem estereotipada da mulher, tanto no nível profissional quanto em nível do seu cotidiano, subvertendo essa imagem para transformá-la num instrumento de luta.” (apud NEVES, 1994, p.191)

MULHER EMPRESÁRIA E VALORES SOCIAIS

Estudos como o de PENA (1981) apontam que a mulher operária justifica o seu trabalho como um fator de motivação econômica. BLAY (1978), por outro lado, comprovou que as mulheres de classe média, diferentemente daquelas que pertencem a estratos sociais menos privilegiados, trabalham por motivação pessoal. Neste estudo, partiu da hipótese de que isto ocorreria também com as mulheres empresárias do setor imobiliário, o que pôde ser confirmado nas entrevistas.

A necessidade de uma ocupação e a referência à vocação, bem como um suposto perfil feminino de sensibilidade e de dedicação estão sempre presentes na discussão sobre a opção profissional dessas mulheres e seu sucesso no setor imobiliário. Neste sentido, o desempenho profissional da mulher não é atribuído à competência técnica, que se adquire com treinamento formal, mas às suas características femininas, das quais são “naturalmente” portadoras.

Esta concepção apresentada pelas entrevistadas, mais do que valorizar a mulher, desqualifica-a para trabalhos que exijam inteligência e racionalidade. As entrevistadas em geral não reconhecem a capacidade feminina de agir racionalmente; o que fazem, neste caso, é inverter a hierarquia, colocando a sensibilidade acima da intelectualidade.

Dessa forma, elas reproduzem a valorização diferenciada para as tarefas de acordo com o sexo do seu executor e, não, baseada nas características da tarefa em si. (OTNER, 1979; RODRIGUES, 1992) Reforçar a idéia de que a mulher só é qualificada para tarefas que exigem sensibilidade e delicadeza constitui-se num eficaz instrumento de legitimidade do poder androcêntrico.¹

Foi possível, inclusive, detectar nas falas dessas mulheres a concepção de que a condição de donas-de-casa lhes qualificam melhor para o desempenho da função de corretora e, em geral, de vendedora, mas não para ser empresária. As qualidades desenvolvidas pela dona-de-casa tornam-se um

treinamento para a vendedora de imóveis, pois elas entendem da funcionalidade da casa e da importância simbólica que esta tem para a mulher compradora.

Sendo a mulher a responsável pelo bem-estar familiar e sendo a casa o espaço por excelência de reprodução da família, conseqüentemente, ela é de responsabilidade da mulher. Já o dinheiro é inerente à esfera produtiva e, não por acaso, pertence ao domínio do homem. Reitera-se, dessa forma, a “oposição” entre público e privado, produção e reprodução, para explicar a posição do homem e da mulher. À mulher, “benefícios” da reprodução, ao homem, benefícios da produção. Isto é apresentado pelas imobiliárias como um dado acabado, consensual, sem discussão nem questionamentos.

Diante disso, pode-se constatar que a tradicional imagem da mulher é mantida pelas imobiliárias, que, supostamente, romperam com a fixidez dos espaços delegados exclusivamente ao homem ou à mulher. Como resultado, tem-se a coexistência de uma imagem tradicional com um comportamento inovador, devido à renovação operada na prática social associada à sobrevivência da representação, ainda pautada por uma prática que agora se encontra em mutação. É neste sentido que Marilena Chauí coloca que “na ideologia as idéias estão fora do tempo, embora a serviço da dominação presente”, porque elas resistem às mudanças sociais, criando um certa defasagem entre realidade e representação. (CHAUÍ, 1989, p.5)

Para as entrevistadas, há uma superioridade da mulher no ramo imobiliário que é creditada à sensibilidade feminina, mas esta só é útil à corretora, pois, para ser empresária, é necessário dar prevalência ao racional, o que é característico do homem. Sendo os homens mais racionais do que as mulheres, como consta em suas falas, conclui-se que a função empresarial é ainda de domínio masculino. Com isto, elas reforçam as tradicionais dicotomia e hierarquia entre racional/emocional e a inferioridade feminina para desempenhar a função de imobiliária, apesar de todas, em seus discursos, rejeitarem a divisão sexual do trabalho.

A idéia de superioridade da mulher nesse ramo, portanto, não está consolidada, é mais uma cortina que encobre a discriminação e o preconceito de gênero, compartilhados também por essas empresárias. Ao nível das aparências, há uma valorização da profissional mulher, mas o próprio discurso desmente essa valorização com a exaltação de características que são classificadas como naturais e inferiores. Todas as entrevistadas dizem que a mulher é mais emotiva, delicada, dedicada, detalhista. Mas elas, particularmente, se definem como mais técnicas, mais profissionais, mais frias e gerenciam suas imobiliárias com a razão. A sensibilidade é reservada às vendas, a administração e a liderança exigem razão.

O perfil que elas traçam da mulher em geral e o perfil que traçam delas mesmas não são coincidentes. E, neste sentido, considero que o padrão feminino construído pela sociedade e acatado também por essas mulheres é, em muitos aspectos, uma invenção social. Essas empresárias não extrapolam seus casos específicos para avaliar a mulher em geral. Ao contrário, elas preferem se colocar na condição de exceção à regra. Será que este posicionamento é porque a

condição excepcional lhes rende mais *status* social? Por que elas diferem a experiência da mulher em geral de suas experiências próprias? Parece-me que a melhor explicação é a internalização da “ideologia do êxito pessoal”. Conforme discutida por SAFFIOTI (1976), a ideologia do êxito pessoal cria no indivíduo a necessidade de se diferir dos demais membros do seu grupo social ou, pelo menos, cria a falsa idéia de deferência.

Outra questão importante para esta pesquisa foi a compreensão da referência que essas empresárias têm sobre um possível modelo de competência no ramo imobiliário. A hipótese formulada para esta questão foi de que elas adotam o homem como modelo. Num primeiro momento, cheguei a pensar que a hipótese seria derrubada pelas entrevistadas, mas depois comecei a observar que, embora a mulher seja para elas o modelo de competência na venda de imóveis, isto vem carregado de estigmas que naturalizam as habilidades da mulher vendedora. As entrevistadas se referiram muito mais à vocação e às habilidades naturais do que à competência mesmo da mulher. Dizer que a mulher tem bom desempenho, graças à sua natureza feminina, não representa nenhum avanço na discussão sobre gênero. O que deve ser destacada é a capacidade que a mulher tem de ser tão competente quanto o homem e de adquirir conhecimentos tanto quanto ele.

Representar as capacidades de homens e mulheres através da dicotomia racional/emocional implica em feminilizar o homem quando em desacordo com o padrão masculino, e masculinizar a mulher quando em desacordo com o padrão feminino.

É flagrante, nas falas das entrevistadas, a concepção de que a viabilidade da mulher tornar-se uma empresária passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da racionalidade masculina, denotando, portanto, uma indispensável masculinização da mulher.

É válido discordar dessas mulheres quanto à idéia de que a razão é uma qualidade essencialmente masculina e a emoção uma qualidade feminina, pois homens e mulheres são capazes de desenvolver ambas as habilidades. (QUINTERO, 1996) Tendo esta afirmação de Maria da Conceição Quintero em vista, podemos então considerar que o fato da mulher explorar sua capacidade de raciocínio não significa que ela esteja se masculinizando. Contudo, isso é diferente da afirmação de que a mulher tem que “agir bem igualzinho ao homem”, como afirmou uma das entrevistadas. A mulher é capaz de forjar sua própria experiência. Ela pode ser diferente do homem e, ao mesmo tempo, tão competente quanto.

Como essas entrevistadas visualizam o homem como referência de atuação no ramo imobiliário, conseqüentemente, isto as leva a entender que o poder empresarial é masculino e que a mulher, para estar à sua altura, precisa masculinizar-se.

Se, por um lado, elas dizem que as mulheres devem ser elas mesmas e, por outro, marcam a oposição entre masculino/feminino, racional/emocional e alegam uma suposta impossibilidade de a mulher se tornar empresária sem uma devida apropriação da racionalidade, naturalmente masculina, entende-se, por fim, que, dentro da lógica do raciocínio dessas entrevistadas, a mulher precisa se masculinizar para

obter sucesso no mundo dos negócios. Creio que esta situação perdurará enquanto o poder for, exclusivamente, um substantivo masculino. Se o poder empresarial, por exemplo, é masculino, as mulheres que o almejam devem corresponder ao que se define como masculino, o que, para estas mulheres, representa racionalidade e frieza, acima de tudo. A mulher que não corresponde a tais expectativas continua com o rótulo de subalterna.

Uma das entrevistadas leva a tal nível a masculinização, que chega a admitir que, diante de uma situação de discriminação e preconceito contra a mulher, faz de conta que também é um homem e finge não ver.

Dessa forma, fica claro que, juntamente com as responsabilidades pertinentes à função de empresária, as imobiliárias assumem também uma roupagem de batalha e desafios que as aproxima do perfil que elas próprias traçam sobre o homem.

“A construção desse imaginário social sobre o gênero feminino e masculino, baseado nos dons ‘naturais’ de cada sexo, servirá muito bem como suporte ideológico dos ‘lugares’ a serem ocupados por mulheres e homens nas esferas pública e privada. Essa representação possui um conteúdo claro de valorização do masculino e de desvalorização do feminino, encobrendo muitas vezes a real participação das mulheres na sociedade.” (CHAMOIX apud NEVES, 1994, p.66)

Com isto, encobre-se, também, a participação das mulheres na divisão sexual do trabalho, que, segundo Helena Hirata, “é o que está em jogo nas relações de gênero”. As relações de gênero, para esta autora, permeiam a totalidade das práticas sociais, mas encontram, na divisão sexual do trabalho, um *locus* importante para sua manifestação. (HIRATA, 1999, p.2)

Outra dimensão dessa totalidade, importante, aqui, para a compreensão da questão, localiza-se no âmbito da cultura, onde se forja uma relação tanto mediadora quanto conflituosa entre ideologia e ação. Se, por um lado, a ideologia tenta engessar a cultura (CHAUÍ, 1989), por outro, a ação tenta, em certa medida, libertá-la. (SAHLINS, 1990) Ideologia e ação, nesse sentido, são conflituosas e complementares, formando entre si uma relação dialética de negação e afirmação uma da outra.

A ideologia impõe limites à capacidade de mudança dos agentes sociais na medida em que eles a reforçam em suas ações. O rompimento entre ação e ideologia no âmbito da cultura é apenas parcial: ora a ação transgride a ideologia, ora reafirma. Mas, quando transgride, tem-se a possibilidade de mudança cultural. (SAHLINS, 1990) Portanto, o estudo sobre a subordinação da mulher ao homem, bem como sobre sua independência, passa, necessariamente, mas não exclusivamente, pela análise cultural.

Outra preocupação desta pesquisa foi a de verificar de que forma a imobiliária concilia trabalho e família, se ela pratica a dupla jornada de trabalho e qual leitura ela faz de tal condição.

Todas as entrevistadas admitiram ser também donas-de-casa. Dona-de-casa não é uma função da qual a mulher se

livra quando assume um trabalho fora de casa. Os sentimentos de obrigação e culpa chegam a incomodar algumas delas.

De forma geral, as entrevistadas não apresentaram uma visão questionadora da dupla jornada feminina. Uma delas, por exemplo, disse achar “muito normal” a mulher ter a responsabilidade da organização da casa. Mesmo quando elas abordaram a participação do homem, esta aparecia como ajuda, como contribuição em tarefas secundárias.

Foi possível perceber que as tarefas que exigem mais esforço e que resultam em benefícios usufruídos por todos da família, como o preparo da comida e da roupa, são de responsabilidade da mulher e ela mesma defende que assim o seja.² As tarefas leves e de benefício individual os homens podem executar, como guardar o próprio sapato e estender a própria toalha. A arrumação da cama, por exemplo, é uma tarefa leve, se comparada aos demais serviços domésticos, mas sendo uma cama de casal o homem somente executa quando a mulher não tem tempo para fazê-lo.

Elas reforçam, portanto, a manutenção da divisão sexual do trabalho. Ainda que, porventura, almejem emancipação profissional, elas mantêm a desigualdade no âmbito familiar. Uma das entrevistadas, única solteira do grupo, foi também a única a criticar esta situação da mulher, classificando-a de errada e reivindicando divisão de tarefas.

Todas as entrevistadas casadas afirmaram que o marido é o chefe da família, mesmo elas tendo renda maior. A permanência desses padrões culturais dificultam, se não inviabilizam, a libertação do gênero, mesmo com a emancipação econômica. Conforme avaliam PENA (1981) e NEVES (1994), enquanto persistir este modelo patriarcal de família a mulher continuará como ser inferior ao homem, não só na família mas na sociedade como um todo, pois não existe isolamento entre as esferas de convívio social. Disto decorre a noção de totalidade social.

Mesmo concebendo o marido como o chefe da família e como gestor dos recursos familiares, essas mulheres são empresárias e, portanto, administram dinheiro em suas vidas profissionais. Esta relação da mulher com o dinheiro sempre foi controversa na literatura, marcada por contradições, conflitos e acusações. Como Hans coloca,

“é interessante notar que entre os casos de histeria feminina relatados por Freud havia uma mulher cujas manifestações neuróticas eram um fantástico êxito profissional, um enorme ganho de dinheiro pessoal e uma falta de vergonha suspeita (...) Um comportamento tido como saudável e normal no homem torna-se desequilibrado no caso da mulher.” (HANS, 1991, p.19)

Mas, aos poucos, a mulher foi quebrando esse tabu, declarando-se admiradora do dinheiro sem, com isso, sentir-se uma pecadora e/ou com receio de sanção social.

Esta autora discute em seu trabalho a coexistência da imagem da mulher extravagante com a da mulher econômica, ambas com sentimentos de remorso, medo, pecado, enfim, culpabilidade. Em sua análise, Hans utiliza duas tipologias: a cigarra — mulher extravagante — e a formiga — mulher econômica.

Para as imobiliárias entrevistadas, o dinheiro nada tem a ver com pecado, muito embora não seja o determinante na escolha de sua profissão. Usando as tipologias de Hans, elas se caracterizam muito mais como formigas do que como cigarras. Estão na categoria das econômicas. Dizem que destinam seu dinheiro ao investimento e reprodução do seu capital, programam o futuro e não esbanjam com supérfluos. Se, antes, o investimento era uma atividade exclusivamente masculina, hoje não é mais. Mas isto não quer dizer que essas mulheres resolveram os conflitos com o dinheiro. Nenhuma delas falou em destinar parte de seu dinheiro aos gastos consigo mesma. Parece que o tabu da culpabilidade pelo consumo se mantém entre elas. Uma chegou a fazer a ressalva de que não gasta com supérfluos, como se estivesse se defendendo de um pré-julgamento. Isto demonstra como as identidades de gênero, construídas diferencialmente entre homens e mulheres, refletem também na esfera econômica e são por ela apropriadas.

Elas ainda não conseguiram conciliar as imagens de cigarra e formiga. Para Hans, é possível a mulher conviver harmoniosamente com o dinheiro, usufruindo tanto do poder quanto do luxo que ele pode propiciar, superando os sentimentos de culpabilidade.

Enfim, essas empresárias convivem com o dinheiro e administram-no (exceto uma delas), mas isto é para elas uma realidade circunscrita aos seus casos específicos, não retratando a realidade da mulher em geral, pois, no caso dessa, o dinheiro ainda pertence ao homem, o que se justifica pela suposta racionalidade masculina para o negócio e para o trato com o dinheiro. Evidencia-se, mais uma vez, como as relações de gênero permeiam as relações econômicas entre homens e mulheres e servem de alicerce para a construção de imagens sobre as identidades masculina e feminina.

Por mais espaço que a mulher tenha conquistado na sociedade como um todo, é inegável o domínio masculino. Pode perceber nas falas dessas mulheres que o homem ainda tem preferência na ocupação dos *locus* de poder: na família a autoridade é do homem; o domínio do dinheiro pertence ao homem; o modelo de competência profissional é o homem; a atuação genuinamente política, através de partidos políticos, é relegada ao homem. Tudo isto se traduz em poder³ e em dominação, se pensarmos nos moldes de Max Weber.⁴ (WEBER, 1982; 1991) A dominação,

“trata-se de conceito fundamental em Weber, quando nada porque permite associar duas premissas do seu esquema analítico: a da existência na vida social de uma multiplicidade de valores equivalentes, entre os quais não se podem estabelecer critérios estreitamente racionais, objetivos e, muito menos, universais de escolha, e a da escassez como pano de fundo de toda ação social. Da associação entre ambas deriva a idéia de uma apropriação diferencial de bens valorizados materiais e simbólicos, que se tornam objetos de uma disputa, latente ou aberta, acerca da sua distribuição social e da sua persistência na condição de valorizados em detrimento de outros possíveis. Mais especificamente, a dominação, que envolve a possibilidade de obter-se obediência, repousa na legitimação pelos

dominados dos valores que fundamentam a capacidade de mando dos dominantes. A legitimação implica, portanto, omissão, ou repressão, da busca de valores alternativos pelos dominados. O exame dos motivos subjetivos para a legitimação permite construir uma tipologia da dominação, relativamente vazia de conteúdos históricos e portanto aplicável a situações concretas bastante diversas, conforme orientação do interesse do pesquisador.” (COHN, 1979, p.121)

É nesse sentido que as relações entre os gêneros solidifica a relação de poder entre homens e mulheres, o que leva CASTRO (1992) a afirmar que gênero é poder, conforme discuti no item anterior.

Com isto, foi possível constatar que a problemática da mulher na sociedade não se explica exclusivamente pela posição por ela ocupada no sistema produtivo, mas também pela internalização e reprodução da cultura. Por isso, podemos afirmar, tal como Castro, que gênero também é cultura. O fato de essas mulheres individualmente terem rompido com as barreiras da discriminação e terem provado para si mesmas sua capacidade não foi suficiente para desmistificarem os estereótipos sobre os sexos, em virtude da coexistência de uma cultura tradicional.

Diante do exposto, é defensável a idéia de que a mulher não vive numa condição de vitimização, antes, ela participa do processo, atuando nele diretamente, através da internalização e reprodução de imagens estereotipadas. A mulher é agente social de sua própria subordinação e, por conseguinte, o sujeito e, não, a vítima indefesa.⁵

A equidade entre os gêneros passa, portanto, pela ocupação, por parte das mulheres, das esferas de poder. Da mesma forma que o poder serve de instrumento para a dominação, é também instrumento útil para a promoção da equidade. E passa, também, pela desmistificação dos estereótipos femininos e masculinos nutridos pela cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a mulher ter avançado na ocupação de espaços antes restritos aos homens nas diversas esferas sociais, a coexistência desta inovação com padrões culturais tradicionais é um limitador para a libertação dos gêneros. Como consequência disto, temos um quadro em que a posição privilegiada de mulheres no sistema produtivo não provoca mudanças em sua percepção sobre a mulher em geral. A mulher empresária reproduz os estigmas sobre os padrões feminino e masculino e sobre a inferioridade da mulher para o exercício das funções de imobiliária.

A suposição, que poderia existir por parte de alguns, de que a inserção de mulheres em atividades caracterizadas como tipicamente masculinas favoreceria a emergência de uma consciência crítica da mulher sobre os estereótipos que pesam sobre os gêneros masculino e feminino apresenta-se como um equívoco diante dos resultados desta pesquisa. A princípio, isto poderia ocorrer a partir de possíveis conflitos explicitados na convivência entre os dois sexos no trabalho,

especialmente numa atividade em que a mulher é minoria. Mas isto ainda não se configura. Diante disto, a conclusão é de que não é a posição ocupada pela mulher que irá explicar sua conduta, mas, sim, o conjunto de valores que, uma vez internalizados, norteiam sua prática profissional e social.

As entrevistadas não apresentaram uma mentalidade questionadora sobre o processo a que estão submetidas na relação homem/mulher estabelecida no mercado de trabalho ou no âmbito de suas vidas pessoais. Ao contrário, elas reproduzem os estigmas e reforçam os lugares distintos de cada um na estrutura e na organização social. Invadir o espaço um do outro implica, em certo sentido, em “deixar” de pertencer ao seu gênero e integrar o gênero dominante no espaço ocupado. Ser feminino ou masculino não depende exclusivamente do aparelho biológico, depende, sobretudo, da conduta, dos comportamentos e dos valores assumidos. É neste sentido que não se nasce mulher, torna-se mulher, conforme Simone de Beauvoir. A constituição biológica define o macho e a fêmea, mas é a sociedade que define o homem e a mulher, ou, ainda, o masculino e o feminino.

Conclui-se, por fim, que a independência econômica obtida pelas empresárias entrevistadas sucumbe à dominação de uma cultura androcêntrica, o que reafirma a interdependência entre estrutura e superestrutura.

NOTAS

- ¹ Androcêntrico: “que põe o homem no centro, não a mulher”. (BORDIEU, 1998, p.7)
- ² Neste aspecto, da dupla jornada de trabalho, há pontos de nítida coincidência com as mulheres operárias. Vide: VILAS BOAS (1997).
- ³ Em Weber, segundo Aron, “o poder é definido simplesmente como a probabilidade de um ator impor sua vontade a outro, mesmo contra a resistência deste. Situa-se portanto dentro de uma relação social, e indica a situação de desigualdade que faz com que um dos atores possa impor sua vontade ao outro. Estes atores podem ser grupos — por exemplo, Estados — ou indivíduos”. (ARON, 1989, p.512)
- ⁴ No âmbito da perspectiva weberiana interessa, no entanto, o modo como os agentes sociais aderem a estas formas de distribuição de poder presentes nas diversas sociedades. Nesse sentido, seria importante a realização de uma pesquisa que investigasse o porquê dessas mulheres reiterarem determinados valores, condutas e comportamentos, questões que fogem ao âmbito da análise aqui proposta.
- ⁵ Neste aspecto, é interessante observar que o movimento de mulheres e os organismos governamentais que atuam na área de defesa dos direitos da mulher substituíram, nos últimos anos, a expressão “mulher vitimizada” por “mulher em situação de violência”, baseados em duas preocupações: 1) definir o lugar da mulher enquanto sujeito histórico na sociedade; 2) apreender a idéia de mudança, entendendo a “situação de violência” como um processo que pode ser superado e, não, como um estado definitivo. Isto pode ser observado em documentos da Secretaria Especial da Mulher de Londrina, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, da Conferência Mundial da Mulher/Beijing-95, e de tantas outras entidades que atuam na área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, R. *Etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BAMBERGER, J. O mito do matriarcado: por que os homens dominam as sociedades primitivas? In: ROSALDO, M. & LAMPHERE, L. (coords.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- p.233-254.
- BLASS, L. M. da S. Gênero e trabalho: trajetórias de uma problemática. In: ADORNO, Sérgio (org.). *A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Porto Alegre: UFRS, 1997.
- BLAY, E. A. *Trabalho domesticado: mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.
- BOURDIEU, P. Bourdieu contra a dominação masculina. *Folha de S. Paulo*, 8 nov. 1998. c.5, p.7.
- CASTRO, M. G. O conceito de gênero e as análises sobre a mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos. *Cadernos CRH*, Salvador, n.17, p.80-105, 1992.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- COHN, G. *Crítica e resignação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- HANS, M. F. *As mulheres e o dinheiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HIRATA, H. Trabalho e divisão sexual do trabalho. *Folha Feminista*, São Paulo, n.3, p.1-2, maio 1999.
- LOBO, E. S. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. São Paulo: São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Tempos, 1992. p.252-265.
- MULHER está fora do poder, afirma Onu. *Folha de S. Paulo*, 10 set. 1998. c.1, p.8.
- NEVES, M. A. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- OTNER, S. B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M. & LAMPHERE, L. (coords.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.95-120.
- PENA, M. V. J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- QUINTERO, M. da C. Contribuição para os estudos das relações de gênero. *Plural*, São Paulo, n.3, 1º semestre, p.122-134, 1996.
- REDE MULHER DE EDUCAÇÃO. Revisando conceitos e mostrando o contexto. In: *Relações de gênero no ciclo de projetos*. São Paulo, p.13-58, 1996.
- RODRIGUES, A. M. Lugar e imagem da mulher na indústria. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Tempos, 1992. p.266-288.
- ROMANI, J. P. Natureza e sociedade. In: LUZ, M. (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, L. (coords.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROSALDO, M. Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, L. (coords.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.33-64.
- SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Tempos, 1992. p.183-215.
- SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SCHOLZ, R. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n.45, p.15-36, 1996.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, 1990.
- SILVEIRA, M. L. da. Pistas para a compreensão dos significados do trabalho das mulheres. *Mediações*, Londrina, v.1, n.2, p.46-55, 1996.
- _____. Contribuições da perspectiva de gênero para o esboço de alternativas emancipatórias da sociedade. In: BATISTA, D. (org.). *Cidadania e subjetividade*. São Paulo: Imaginário, 1997.
- SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Tempos, 1992. p.15-23.
- VILAS BOAS, L. *A cultura da obrigação: a mulher e a dupla jornada de trabalho*. Londrina, 1997. Monografia (Especialização em Sociologia)-Universidade Estadual de Londrina.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.211-227.
- _____. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1991. p.3-35.
- WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.